

Sarney veta mudanças no orçamento

O GLOBO

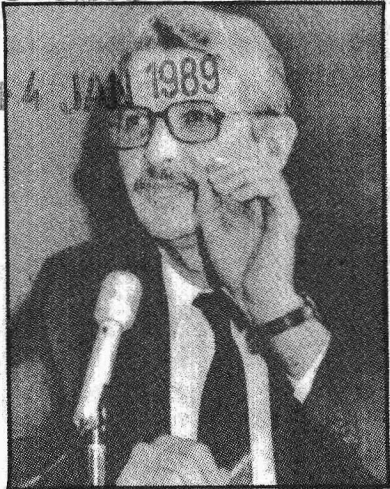
Foto de Jamil Bitar

* 4 JAN 1989

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney vetou as principais mudanças introduzidas pelos parlamentares no Orçamento Geral da União para 1989, apesar de manter os parâmetros para rolagem da dívida externa mais favoráveis a Estados e Municípios, que representaria gasto político maior. Ao todo, os vetos atingiram 23%, chegando a CZ\$ 22,5 trilhões, e tiveram como base mudanças consideradas inconstitucionais e despesas fixadas pelos parlamentares através de aumento de receita não considerado factível pela área econômica, explicou o Secretário de Orçamento e Finanças, José Ribas Netto.

O Congresso, a partir do reinício dos trabalhos, em 15 de fevereiro, terá 30 dias para examinar o veto Presidencial. Sem sua aprovação, entra em vigor a versão do Congresso, o que a área econômica considera um risco para a meta de zerar o déficit público. Os projetos vetados serão reprogramados e encaminhados ao Congresso sob a forma de créditos especiais. Se a reforma administrativa prometida pelo Presidente Sarney extinguir Ministérios, será necessário o envio de projeto de lei realocando os gastos.

Os vetos principais não estão propriamente nos artigos e parágrafos, mas nos projetos especificados nos Quadros I e II e parcela do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito. Como os parlamentares superestimaram as receitas resultantes dos retornos de financiamento e reduziram os desembolsos em cada um deles, foi vetada a maior parte do Orçamento das Operações Oficiais de Crédito. Do volume de mais de CZ\$ 13 trilhões, foram vetados o equivalente a CZ\$ 12,1 trilhões, atingindo financiamento a custeio agrícola, política de preços mínimos, exporta-



José Ribas Netto

ções e investimentos em irrigação.

Em consequência direta da superestimação da receita, os parlamentares reduziram os recursos previstos pelo Executivo no Orçamento das Operações Oficiais de Crédito e amentaram verbas em outros projetos, os quais foram vetados integralmente, superando CZ\$ 3 trilhões. Outra importante alteração dos parlamentares, que se esqueceram das regras do Fundo Nacional de Desenvolvimento, também foi vetada. O Congresso retirou os CZ\$ 358,2 bilhões injetados pela União para saneamento da Siderbrás e os realocou em novos projetos. O saneamento da Siderbrás, no Orçamento do Congresso, seria feito através de recursos do FND. Isso foi vetado porque somente empresas economicamente rentáveis, que não é o caso da Siderbrás, podem contar com aplicações do Fundo. Todos esses projetos terão recursos realocados através de projetos que serão encaminhados nos próximos dias ao Congresso.